



Publicado originalmente em: ANAIS do X ENA – Encontro Nacional da ANPUR – 2003 – Belo Horizonte. 2003.

ENTRE A REDE URBANA E A CIDADE-REGIÃO: O QUE HÁ DE NOVO NO CENTRO GOIANO?*

Tadeu Pereira Alencar Arrais
Professor de Geografia da UEG
Doutorando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense – UFF
Palavras-chaves: região, rede urbana, centro goiano

1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Já há algum tempo vem surgindo uma literatura nas ciências sociais que procura compreender as dinâmicas territoriais tendo como ponto de partida as chamadas “cidades-regiões”. Essa forma de reconhecer processos e sua materialização no espaço social, em algumas análises, parece substituir ou mesmo complementar os tradicionais estudos sobre rede urbana. Nossa intenção é discutir essas duas categorias tendo como foco de análise o Centro Goiano. Partimos da hipótese que está em gestação nesse espaço uma região polinucleada, multifuncional e fragmentada, cuja abrangência abarcaria a grande Goiânia e Anápolis, no primeiro núcleo; Brasília e o entorno goiano, no segundo núcleo. Além de um papel político e econômico insofismável no Estado de Goiás e no Centro-Oeste brasileiro, essa região pode distinguir-se: **1** - pela incorporação e concentração de novos “sistemas técnicos” próprios dos “circuitos” modernos da economia globalizada; **2** - por uma espécie de “solidariedade” funcional que liga essa região ao restante do Estado de Goiás e ao norte e nordeste brasileiro; **3** - pelos desafios de intervenção bilateral por parte do poder público estadual, federal e municipal na busca de solução para as demandas regionais. Estamos certos que cada forma de recortar, seja rede urbana ou “cidade-região”, é tributária de um modo específico de compreender as transformações no espaço urbano-regional e, portanto, propor intervenções.

* Artigo publicado originalmente nos Anais do X ENA (Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano e Regional) realizado em Belo Horizonte, no mês de maio de 2003. As alterações são

2 – A REDE URBANA: A DIMENSÃO ECONÔMICA

O reconhecimento de novas dinâmicas urbano-regionais no espaço goiano revelado pelos dados do censo 2000 (IBGE, 2001,2002) e pelo padrão de localização e estrutura das atividades econômicas coloca em evidência a necessidade de situar o debate teórico como subsídio para a compreensão dos novos processos e sua materialização na rede urbana. Essa tem sido a preocupação de alguns autores, balizados por consistentes estudos, ao empreenderem a regionalização do espaço brasileiro tendo como ponto de partida mudanças na estrutura hierárquica, na configuração espacial, na funcionalidade etc., da rede urbana brasileira. Dentre esses estudos merece destaque as pesquisas realizadas pelo NESUR/IPEA/IBGE (1999), por Lemos et all. (2000) com apoio do CEDEPLAR-UFMG e IBGE (1993) sobre *Região de Influência de Cidades*. Os dois primeiros estudos evidenciam essas novas dinâmicas urbano-regionais no Brasil, destacando, também, o Centro Goiano, objeto de nossas interrogações.¹

O Estudo do IPEA/IBGE/NESUR (1999), denominado *Caracterização e Tendências da Rede Urbana no Brasil*, empreende um olhar sobre o Brasil guiado por algumas questões, dentre as quais estão (1999:03):

- a) a emergência de novos padrões de localização da atividade produtiva, decorrentes em parte de elementos do desempenho econômico derivados do comércio exterior (exportação e, nos anos 90, importação), ou resultado de novos condicionantes da atividade produtiva; b) a necessidade de adoção de novos critérios e de modos distintos de apreensão dos fenômenos da homogeneidade, hierarquia e polarização; c) o surgimento de novas espacialidades da economia brasileira, as quais exigem a adoção de categorias analíticas distintas daquelas que constituem a abordagem tradicionalmente conferida às análises do território brasileiro; d) a radical alteração nos padrões de mobilidade espacial da população, ou no padrão migratório do país.

decorrentes do amadurecimento das discussões e incorporação das sugestões colhidas na apresentação oral no referido Encontro.

¹ O Centro-Goiano é considerado uma das cinco Mesorregiões do Estado de Goiás (SEPLAN, 1996). Para nossa reflexão esse conceito impõe limites, o que nos fez dilatar essa região, a título de exercício, para Brasília e Entorno de Brasília, tendo como referência as cidades acima de 50.000 e com relação funcional com os dois pólos.

As hipóteses são colocadas a prova na proporção que o estudo revela relações econômicas a partir da consideração da economia exportadora, da mobilidade populacional intra-regional e da heterogeneidade das formações regionais consubstanciadas nas “regionalizações” propostas pelo estudo² e na classificação da rede urbana brasileira, assim organizada: (02) Metrôpoles Globais, (07) Metrôpoles Nacionais, (37) Aglomerações Urbanas Regionais Não Metropolitanas e (62) Centros Urbanos que não constituem Aglomerações Urbanas.

No estudo em questão o Centro Goiano, juntamente com Brasília, aparece no Centro Norte brasileiro numa disposição geométrica que segue o caminho dos principais eixos rodoviários, ligando as principais cidades dessa grande região. Na classificação da rede urbana do Centro Goiano encontramos uma Metrôpole Nacional, uma Metrôpole Regional, um Centro Subregional 1, um Centro Subregional 2. Quanto às formas espaciais temos 2 Aglomerações Urbanas Metropolitanas e dois Centros Urbanos que não constituem Aglomerações Urbanas. Na conceituação de Aglomeração Urbana, para fins de classificação, o referido estudo levou em conta: “a centralidade; a existência de processos de conurbação e de intensa interrelação e integração de atividades e funções” (1999:08). Goiânia e Brasília se encaixam na definição, especialmente pela relação com os respectivos entornos e grau de polarização regional. Em outro momento, quando da classificação das Aglomerações e Centros por sistemas urbanos, como podemos visualizar no quadro 1, a Aglomeração Goiânia-Brasília aparece como principal sistema no Centro-Norte.

QUADRO 1

² Embora seja aconselhado, dado a densidade dos trabalhos, uma análise mais pormenorizada tanto das bases teóricas quanto empíricas dos trabalhos citados, vamos nos ater, pelo curto espaço, às considerações sobre o

AGLOMERAÇÕES E CENTROS POR SISTEMA URBANO– BRASÍLIA-GOIANIA				
Sistema/Aglomeração/Centro	População 1996	Total	Hierarquia	Tipo de Assentamento
Brasília	2.351.190		5	1
Goiânia	1.414.505		4	1
Imperatriz	274.104		2	3
Anápolis	264.975		2	3
Rio Verde	100.586		2	3
Palmas	86.116		2	3
Araguarina	105.019		1	3

Hierarquia: (6) Metrópole Global; (5) Metrópole Nacional; (4) Metrópole Regional; (3) Centro Regional; (2) Centro Sub-regional 1; (1) Centro Sub-regional 2.

Tipo de Assentamento: (1) Aglomeração Metropolitana; (2) Aglomeração não Metropolitana; (3) Centro Urbano.

Fonte: IPEA/IBGE/NESUR (1999).

Nessa leitura o sistema urbano Goiânia-Brasília estende sua influência para o sudoeste goiano, passando por Anápolis, até o Estado do Tocantins e o Sul do Maranhão. Contudo, do ponto de vista da hierarquia Brasília é considerada Metrópole Nacional e Goiânia uma Metrópole Regional, configurando, ambas, em duas Aglomerações Metropolitanas, uma vez que se encontram conurbadas com seus respectivos entornos.

Com base teórica diferenciada o estudo de Lemos et all. (2000)³ procura compreender a dinâmica urbana-regional a partir de uma matriz essencialmente econômica, com um conceito de região que difere do estudo anterior, como bem expressam os autores (2000:02):

O conceito eminentemente econômico utilizado por nós na delimitação de uma região contrasta com uma concepção dúbia do referido trabalho [IPEA/IBGE/NESUR, 1999]. Se por um lado ele concebe o centro urbano como um elemento organizador do espaço econômico, fica preso, por outro lado, à divisão político-

Centro Goiano.

³ O trabalho de Lemos et all. (2000) é parte integrante da pesquisa Dinâmica Demográfica, Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas, desenvolvida pelo Núcleo de Economia Regional do CEDEPLAR/UFMG.

administrativa da região, à qual não corresponde, no entanto, à delimitação estabelecida pela dinâmica de constituição das economias urbanas e seus centros de polarização.

A perspectiva econômica não impede de os autores adotarem uma clara delimitação metodológica da categoria região, incorporando elementos da “Teoria dos Lugares Centrais” e a “Teoria da Base Exportadora”. A complementariedade dos conceitos permitiu os autores trabalharem a coesão interna e as influências externas sobre os espaços regionais determinando a capacidade de polarização dos doze macropolos (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Curitiba, Recife, Brasília, Fortaleza, Goiânia, Belém e Manaus). A definição de Macropolo parte da posição na hierarquia regional brasileira a partir do acesso aos mercados e integração na economia nacional. A hierarquia nessa geografia econômica seria definida pelos Macropolos, Mesorregiões e Microrregiões, essa última sendo utilizada como base para coleta de dados. Goiânia e Brasília aparecem como Macropolos, sendo identificadas como área Multipolarizada, ou mesmo, como apareceu em outra publicação, “conucleos” (1993:83).⁴

QUADRO 02

CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA MACRORREGIÃO DO CENTRO OESTE	
NOME DA MESORREGIÃO	CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA
Brasília	Pólo Administrativo
Goiânia	Pólo Administrativo
Rondonópolis	Meso Pólo Agropecuário e Extrativo
Cuiabá	Meso Pólo Extrativo
Ji-Paraná	Região Isolada Administrativa
Porto Velho	Região Isolada Administrativa

Fonte: Lemos et all. (2002)

Quando observamos a composição das Mesorregiões de Brasília e Goiânia, em referência à Mesorregião Polarizada do Centro Oeste, as diferenças em relação às áreas de influência são evidentes. Brasília estende sua área de influência para Paracatu (MG), o Nordeste Goiano, o Leste do Tocantins, algumas cidades do entorno de Brasília, além de São Félix do Araguaia (MT). Goiânia, com área mais restrita, polariza parte do Sul Goiano,

⁴ Não há consenso quanto ao conceito de região e sua aplicabilidade na regionalização em estudos com essa matriz metodológica. Um debate interessante sobre essa perspectiva encontra-se em Rolim (1993).

especialmente a região de Pires do Rio, bem como do Noroeste Goiano, incluindo Barra do Garça e Nova Xavantina (MT), além da região de Iporá e Anápolis, (GO). Na classificação econômica Goiânia e Brasília aparecem como Pólos Administrativos, o que não tira as evidências do importante papel econômico (primaz em relação à região) e principal centro polarizador da região.

Um outro estudo, desenvolvido pelo Instituto de Desenvolvimento Urbano Regional (GOIAS, 1980) classifica a rede urbana de Goiás a partir de três Macrorregiões: Goiânia, Brasília e Uberlândia, sendo a primeira a região de maior potencial de polarização e abrangência espacial até o sul do Maranhão, polarizado por Imperatriz (MA), passando pelo atual Estado do Tocantins, além do Sul Goiano, com exceção da região de Catalão que, juntamente com Araguaína (MG) formam a macrorregião de Uberlândia (MG). Brasília, nesse estudo, tem sua influência exercida apenas no Nordeste Goiano. Do ponto de vista no nível hierárquico dos centros, Anápolis, Goiânia, Brasília e Uberlândia (MG) seriam centros de nível especial, sendo que os três últimos exerceriam papel de Centros Macrorregionais. É salutar observar que o referido estudo oferece um retrato de Goiás da década de 1980. No entanto, já podemos observar a influência do Centro Goiano além dos espaços de Goiás, o que também ocorre em estudo pouco mais recente, sobre *Regiões de Influência das Cidades* de 1993 (IBGE, 2000). Nesse estudo, baseado na leitura dos lugares centrais com vistas a identificar as hierarquias a partir dos níveis de centralidade e áreas de atuação de mercado, a cidade de Goiânia aparece com nível de centralidade máximo, Brasília muito forte e Anápolis forte, sendo que os demais municípios, tanto do entorno de Goiânia quanto do entorno de Brasília aparecem como nível de centralidade muito fraco. É possível que tal leitura, apesar de confirmar os diagnósticos anteriores sobre a proeminência da centralidade e direcionamento dos fluxos de bens e serviços para Goiânia e Brasília, possa estar desatualizada, especialmente se consideramos que municípios como Aparecida de Goiânia e Luziânia, com nível de centralidade muito fraco, desempenham papéis regionais importantes para a população intra-urbana dos respectivos municípios.⁵ Apesar dessa advertência, o novo Atlas Geográfico do IBGE atualizado com os dados do censo 2000, não deixa dúvidas quanto a impossibilidade de considerar Brasília e Goiânia, do ponto de vista de um estudo regional, de forma isolada: o pontilhado vermelho, indicando a densidade populacional, irrompe, na representação cartográfica e também na

realidade, os limites administrativo, chamando a atenção para mancha quase contínua no território goiano.

Pode-se dizer que os estudos citados orientam olhares sobre o Centro Goiano, apesar de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, tendo como ponto comum a sua inclusão num sistema urbano integrado e hierarquizado. Entendendo que a rede urbana, como escreve Correia (1994:75): “pode ser considerada como uma forma espacial através da qual as funções urbanas se realizam”, podemos pressupor que a consideração do Centro Goiano nesses estudos admitem a integração desse espaço no movimento de produção e circulação no espaço nacional e regional, expressando as hierarquias apontadas pelos estudos referidos, bem como a influência determinante dos dois centros mais importantes: Goiânia e Brasília.

Contudo, a leitura desse espaço a partir da rede urbana não esgota as possibilidades de interpretação, uma vez que a dimensão econômica é privilegiada e o estabelecimento de hierarquias e tipologias, em muitos casos, passam a ser objetivo fim dos trabalhos. Acreditamos que essa leitura possa ser complementada com a incorporação de outras categorias analíticas, como a “cidade-região”, o que implica na consideração da dimensão política, juntamente com a econômica, como também das implicações do processo de globalização na produção desse espaço que ora adjetivamos de Centro Goiano.

3 - A CIDADE-REGIÃO: A DIMENSÃO POLÍTICA

O interesse pela compreensão das novas dinâmicas territoriais tendo como ponto de partida o papel das chamadas “cidades-regiões”, ou mesmo “cidades-regiões globais” (Friedmann, 1997, Albuquerque, 1999; Agnew, 2000; Scott, et all. 2001; Geiger, 2001; Klink, 2001) é relativamente novo⁶. Em linhas gerais essas novas “regiões” são o retrato da acumulação “flexível”, das transformações do sistema fordista de produção, com forte influência dos sistemas de redes e da incorporação da tecnologia como fator de produção. Harvey (1992:140) assinala que:

⁵ Os níveis de centralidade máximo, muito forte e forte correspondem aos padrões de cidades Metropolitanas, Submetropolitana e Capital Regional. O nível de centralidade muito fraco (3733 municípios em todo país) é atribuído aos municípios Subordinados. (IBGE, 2000).

⁶ Muito embora possamos relacionar o debate sobre as “cidades-regiões” aos autores citados, podemos encontrar pistas em Gedds (1994 [1904]) no início do século passado. Nos trabalhos desenvolvidos, tendo como foco a cidade de Londres, ou como prefere o autor “Grande Londres”, o autor cunha alguns termos para adjetivar essas “cidades agrupamentos”, aparecendo tanto a “cidade-região”, quanto a “conurbação” e as “regiões urbanas”.

A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores quanto em regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado 'setor de serviços', bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a 'Terceira Itália', Flandes, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados).

O que Harvey (1992) e outros estudiosos manifestam é a materialização das transformações contemporâneas, especialmente econômicas, em espaços específicos, "regiões-chaves" (Idem) tanto do mundo desenvolvido quanto no subdesenvolvido, em áreas metropolitanas ou mesmo não metropolitanas. Alguns autores, especialmente Scott et all. (2000:11) tem adjetivado esses espaços de "cidades-regiões globais" que funcionam como: "motores regionais da economia global, isto é, como redes locais dinâmicas de relações econômicas inseridas em telas estendidas em escala mundial de competição e troca inter-regional". A escala de existência dessas regiões vai além do espaço da cidade, estando mais próximo de uma "rede regional" nos limites o mesmo nas fronteiras do Estado-Nação. Segundo Friedmann (1997:04):

Para nuestros propósitos, la escala relevante de la vida económica es la ciudad-región que se extiende fuera de los centros urbanos, hasta una distancia que puede ser representada por un radio de aproximado de viaje de una a dos horas como máximo, cubriendo una región extendida, la cual, en el contexto asiático, abarca poblaciones que oscilan cerca de los 5 millones hasta sobre los 20 millones...

As "cidades-regiões globais", de população variável de "um milhão a mais dez milhões" (Friedmann, 1997; Scott et all. 2000) pontilham o mapa do mundo a partir de uma hierarquia construída por políticas de competitividade e inclusão no processo de globalização. Esse seria um "novo regionalismo" edificado nos princípios da coesão de regiões em busca da competitividade global, como bem colocado por Klink (2001) ao analisar o processo de reestruturação produtiva no ABC paulista.

Três questões surgem de imediato quando pensamos as contribuições dessa categoria: **1)** a questão da governabilidade que implica na adoção de novos pactos territoriais, na medida que essas “cidades-regiões” escapariam aos limites administrativos municipais, distritais ou estaduais (como é o caso do Centro Goiano formado por Goiânia-Anápolis-Brasília); **2)** sendo uma categoria analítica construída no mundo desenvolvido, com grande apelo para política de competitividade, devemos ter claro que as demandas empíricas serão diferenciadas; **3)** por estarem localizadas em metrópoles já portadoras de diversos problemas de ordem social (entorno de Goiânia e o entorno de Brasília), como ausência de moradia, desemprego, violência, problemas ambientais, etc., assim a demanda por políticas públicas diferenciadas seria maior em função da “policentralidade dessas regiões” e do pacto federativo próprio de cada país. Esse problema é bem ilustrado por Agnew (2000:106):

A questão é que essas regiões raramente coincidem com as regiões político-institucionais. Portanto, há um déficit político na capacidade das cidades-regiões administrarem seus negócios. O Estado ainda controla a maior parte das alavancas das políticas e planos de ação.

A diversidade cultural, problemas ambientais, as migrações interregionais, a reestruturação produtiva, etc., assinalam a instabilidade dessas regiões, não somente como “atores”, mas também “palco” de manifestações globais do capitalismo, o que certamente tem influenciado nas diversas linhas de interpretação desses espaços, como pode ser percebido quando constatamos, por exemplo, que a Terceira Itália pode ser interpretada como uma “cidade-região” (Scott et all., 2000), como uma “região ganhadora”, na fina ironia de Benko & Lipietz (1994), como um “Estado-região” na visão ultra-liberal de Ohmae (1996), ou mesmo na perspectiva dos “Distritos Industriais” (Cocco, et all. 1999).⁷ Como podemos perceber essa perspectiva de análise difere dos clássicos estudos regionais, seja partir das redes urbanas ou mesmo hinterlândias, que ocuparam considerável espaço na geografia brasileira, especialmente nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Na opção teórica da

⁷ A chamada Terceira Itália, localizada no nordeste e norte da Itália, é tida como uma das regiões mais prósperas da Itália. O que chama a atenção dos estudiosos é fato de essa região, considerada deprimida até o segundo quartel do século XX, conseguiu alavancar-se via modernização dos setores tradicionais como vestuário (confeções), móveis, calçados, curtumes, tecidos, entre outros, organizados por pequenas e médias empresas familiares, com estrutura flexível e cooperação setorial entre as empresas, via consórcios para pesquisa, qualificação de mão de obra, etc.

“cidade-região” a preocupação com os limites ou áreas de influência da cidade, por exemplo, é secundária, uma vez que a “cidade-região” estaria sendo influenciada por uma relação exterior, ligada às demandas da mundialização da economia. Não por acaso, por desempenharem funções na economia global, as “cidades globais” ou mesmo as “cidades com funções globais” formam as “cidades-regiões” ou mesmo “cidades-regiões globais”, como pode ser observado em Sassen (1998) e Scott et al (2001).

Outro ponto a destacar é que nas análises regionais sobre as redes urbanas a preocupação com a temática da governabilidade não aparecia em destaque⁸. Ao contrário da concepção das “cidades-regiões”, uma vez que determinaria não só o desenvolvimento de políticas competitivas, mas também as discussões dos problemas sócio-econômicos e ambientais das regiões relacionadas à governabilidade em cenários de alta competitividade, onde as soluções e desafios seriam compartilhados entre os agentes envolvidos no processo, tais como empresários, governos locais, associações de empregados, entre outros.

Essa linha teórica permite-nos laçar algumas considerações sobre as transformações no Centro Goiano por três motivos:

- 1) é uma região que abrange duas unidades da federação e vários municípios com dinâmicas semelhantes no entorno dos dois núcleos principais (Goiânia e Brasília), exigindo políticas públicas bilaterais;
- 2) a região apresenta um potencial de consumo considerável, tanto para o Centro Oeste como para o Brasil, uma vez que a população residente em 2000 é superior a quatro milhões e trezentos mil habitantes;
- 3) há uma mobilidade cada vez maior entre os núcleos e entre a região e outros espaços regionais do Brasil, como o oeste Baiano, o sul do Piauí, Maranhão, Pará, Tocantins e oeste do Mato Grosso;

Podemos dizer que não há, apesar da curta discussão apresentada, oposição entre a os estudos de rede urbana e a leitura oferecida pela “cidade-região”. Se existirem, preferimos considerar as complementariedades e potencialidades desses conceitos. A idéia de governabilidade bastante presente nos debates atuais, envolve a presença de diversos agentes nas proposições de política públicas para diferentes regiões, o que nos coloca frente ao debate sobre a falência do Estado Nação (Ohmae, 1991) ou mesmo sua importância no

âmbito do processo de globalização, como bem colocou Hirst e Thompson (1998) ao criticarem a “retórica política da globalização”.

Sem dúvida, as construções regionais de nosso tempo não acontecem de forma isolada. O debate sobre a “cidade-região” é também o debate sobre a manifestação da globalização em escalas e espaços articulados mundialmente. No Vale do Silício, em Nova York, em Cairo, na Cidade do México, na Terceira Itália ou no Arco Alpino, no ABC Paulista, na Grande Londres, nos países desenvolvidos ou mesmo subdesenvolvidos, essas regiões desafiam os modelos convencionais, as fronteiras rígidas, as hierarquias perenes, a estabilidade, reforçando a necessidade de integração entre as dimensões econômicas, políticas e culturais, uma vez que estamos tratando de espaços, regiões, “híbridas”, que desafiam, a todo momento, nossa tradição classificatória e modelística.

4 - NOVAS ESPACIALIDADES NO CENTRO GOIANO

A intenção não é, de modo algum, construir um modelo hipotético de região e a partir dele lançar reflexões puramente abstratas, até porque tais estudos demandariam muito tempo. Também não propomos uma regionalização. Apenas acreditamos que, ao adotar conceitos cristalizados, baseados na convencional cartografia regional, podemos estar direcionando os olhares para uma realidade que não é estéril, de modo a inibir o debate e até mesmo o reconhecimento de novas espacialidades no Centro Goiano.

O quadro 03 foi construído tendo como base observações empíricas preliminares, análise dos dados censo 2000 e consulta bibliográfica sobre a formação regional do Estado de Goiás e Brasília. A opção pelas cidades acima de 50.000 não é apenas numérica, ou mesmo hierárquica, ela reflete as transformações porque passa essa região nos últimos quarenta anos. Como metáfora, representa o encontro entre duas aspirações nacionais em diferentes momentos da história política brasileira: Goiânia com Getúlio e Brasília com Juscelino. Como realidade ela representa a “dissolução” da metrópole para além das manchas urbanas de Goiânia, Anápolis e Brasília, como podemos observar no mapa 01.

⁸ É interessante considerar, no caso do Brasil, a estrutura centralizadora presente até 1988 que influenciou sobremaneira as políticas regionais e urbanas. Com mais autonomia, a partir de 1988, os municípios puderam participar mais ativamente das políticas locais.

QUADRO 03

REGIÃO CENTRO GOIANO						
Cidade	População 2000	Cresciment o Geométrico 1996/2000	Taxa de Urbanizaçã o 2000	Microrregiã o	Distância Rodoviária (km)	
					Goiâni a	Brasíli a
Goiânia	1.093.007	2.20	99.3	Goiânia	---	196
Aparecida de Goiânia	336.392	6.06	99.7	Goiânia	18	214
Senador Canedo	53.105	4.66	94.9	Goiânia	16	212
Trindade	81.457	4.40	96.0	Goiânia	18	225
Anápolis	288.085	2.11	97.2	Anápolis	54	143
Brasília	2.051.146	3.01	95.7	Brasília	196	---
Águas Lindas de Goiás	105.746	13.17	99.8	Entorno de Brasília	180	50
Luziânia	141.082	7.23	92.2	Entorno de Brasília	188	57
Novo Gama	74.380	5.32	98.1	Entorno de Brasília	177	33
Santo Antonio do Descoberto	51.897	2.95	93.2	Entorno de Brasília	171	46
Valparaíso	94.856	5.91	100.0	Entorno de Brasília	176	31
Total da Região	4.371153	3.44	96.91	---	---	---

Fonte: GOIAS (1996), IBGE (1996, 2000).

O **primeiro núcleo** é polarizado por Goiânia, conjugando Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Trindade e Anápolis. Esses municípios juntos representam 73% da população da mesorregião do Centro Goiano, ficando o restante distribuído entre os mais

de sessenta municípios goianos. O mesmo raciocínio pode ser empregado se analisada a urbanização nessas áreas que também se deve à presença das já citadas microrregiões de Anápolis e Goiânia, com índices de urbanização que ultrapassam em muito as outras microrregiões do Estado de Goiás. A cidade de Goiânia, por exemplo, em 2000, apresentou uma população urbana maior que 99%. Essa mesorregião é uma das mais dinâmicas do Estado devido à concentração de serviços públicos e privados, instituições financeiras, unidades de ensino superior, serviços de lazer (cinemas, shopping centers, parques etc.) órgãos de planejamento, fundamentalmente nos municípios que compõem o primeiro núcleo.

No período 1991/1996 registrou-se um maior crescimento das cidades do entorno de Goiânia em detrimento da capital do Estado. Enquanto Goiânia, no referido período, cresceu 1.72%, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Trindade, cresceram 8.30, 13.11, e 5.25, respectivamente. No período 1996/2000 o entorno continuou a crescer mais que Goiânia e o Estado, tendo Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade apresentado taxas de crescimento geométrico de 6.06, 4.66, 4.40, respectivamente. Outras cidades como Bonfinópolis, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, cresceram 5.53, 5.07, 6.23, no mesmo período, o que pode significar, seguindo um raciocínio que não se contenta com o dado estático, que Goiânia continua em expansão, uma vez que as cidades do entorno também vivem, consomem e reproduzem as temporalidades e os ritmos de Goiânia: seja no lazer, nos estudos ou nos serviços oferecidos pela capital.

Desde muito a funcionalidade desse núcleo (Goiânia-Anápolis) deixou de ser determinada pelo padrão de uso do solo para a agricultura tradicional. Podemos conjunturar outros componentes espaciais na definição das funcionalidades para essa região. Por exemplo, o fluxo de informações, os sistemas de redes, que compõem a infraestrutura técnica permite que seja implantada em Goiânia *Call Centers* cuja abrangência irrompe os limites do Estado de Goiás, centralizando serviços de suporte, cobrança, atendimento ao cliente, de empresas como a Embratel e a Brasil Telecom. Também a funcionalidade administrativa, a produção de serviços e entretenimentos, além da grande concentração de serviços públicos nessa área que abrange parte do aglomerado de Goiânia, incluindo também o município de Anápolis, ligado à Goiânia por uma rodovia duplicada, são indicativos de essa região vem passando por transformações estruturais, em articulação com outros espaços. Anápolis, terceira cidade do Estado do ponto de vista demográfico, porém a segunda em grau de importância sócio-econômica, sedia o mais estruturado

Distrito Industrial do Estado, o chamado DAIA (Distrito Agroindustrial de Anápolis), este vem passando por transformações em função da instalação na área de um “Porto Seco”. O Porto Seco, nome genérico da EADI (Estação Aduaneira do Interior), possibilitará, segundo o discurso do atual governo, uma maior integração entre o Centro-Oeste e o mercado internacional. Seu objetivo é facilitar as importações e exportações, a partir de mecanismos alfandegários e de serviços específicos, de produtos das mais diferentes origens. Essa é uma nova realidade para a região que, nos dias hoje, observa a possibilidade da revitalização dos dormentes que chegaram na década de 30 e que mudam sua funcionalidade para se adequar aos imperativos da globalização.

O segundo núcleo dessa região fragmentada está localizado em Brasília, cuja abrangência vai até o entorno Goiano, via sul / sudoeste do DF. Os municípios de Águas Lindas de Goiás, Luziânia, Novo Gama, Santo Antonio do Descoberto, Valparaíso, com população equivalente a 467,961 (IBGE, 2001), formam com Brasília um conjunto urbano especialmente significativo do ponto de vista populacional, bem como dos desafios gerados pela urbanização. Ali encontramos o exemplo de um espaço constituído a partir de um projeto de articulação territorial nacional, que foi a edificação de Brasília. Em certo sentido o entorno foi considerado a negação de Brasília. Sobre essa interpretação muito comum sobre as cidades satélites que podem ser estendida para o entorno goiano, Vesentini (1987:155) nos alerta:

Assim, mais importante que comparar as cidades-satélites tal como são hoje com as afirmações explícitas do plano de 1957, é interrogar se as cidades-satélites contrariam de fato a lógica do plano, se elas o negam ou o afirmam. Por essa via, chega-se à inevitável conclusão de que *as cidades-satélites só existem devido ao plano*: é para mantê-lo que se erradicam as populações das “invasões” do Plano Piloto e se criam novas cidades-satélites; e elas não seriam possíveis sem ele, pois é pela sua preservação, com o mínimo de alterações possível, na porção principal da cidade, que se expulsam para fora dela os trabalhadores que não tem condições econômicas para desfrutarem como moradores os espaços monumentais da *civitas*. sic!

Mello (1999), na mesma linha de análise e em um dos poucos trabalhos realizados pela geografia goiana sobre o Entorno de Brasília, nos faz pensar na articulação existente entre a constituição da região e os projetos políticos a partir da década de 1950. Segundo o autor (1999:443):

...a região do Entorno de Brasília deve ser tratada como uma ‘criação’ política, ‘instituída’ para propiciar a implantação e ‘manutenção’ da nova capital do país, que por sua vez estava incluída como ‘elemento’ articulador de um projeto de integração do território em nível nacional.

Interessante assinalar que hoje o Entorno de Brasília constitui-se numa região ambígua, tanto para Brasília como para Goiás. Brasília “usa” do Entorno e o Entorno, em certa medida, em função da grande necessidade de mão de obra, sobrevive de Brasília. Mas o Entorno também ameaça, o que lhe torna alvo de políticas públicas para a amenização dos problemas sócio-econômicos causados, segundo o discurso oficial, pelo grande crescimento demográfico da região.

No Entorno de Brasília existem 07 cidades com população superior a cinquenta mil habitantes, cinco das quais com papel importante no segundo núcleo⁹. Além disso, considerando-se a regionalização do Estado a partir das microrregiões, o Entorno de Brasília é a segunda microrregião com maior população, em 2000, com 812.877 habitantes, ficando atrás apenas da microrregião de Goiânia. Outro dado interessante diz respeito ao crescimento geométrico referente à 1991/1996, que foi de 6,44%, quando a média do Estado, no mesmo período, foi de 2,36, sendo que a de Brasília nesse período foi de 2.6%.¹⁰ O que preocupa mais é que a tendência ao crescimento acelerado continuou, pois o Censo 2000 apontou essa região como a que mais cresceu no Estado de Goiás. Todas as cidades do Entorno de Brasília apresentaram crescimento geométrico positivo. Água Fria

⁹ Formosa e Planaltina, com 78.651 e 73.718 habitantes (IBGE, 2001), respectivamente, estão ligadas funcionalmente ao Nordeste Goiano, sendo que a primeira funciona como importante centro polarizador da região. Isso não significa que os municípios do Nordeste Goiano não tenham ligação com Brasília e Goiânia, apenas estamos destacando o papel regional dessas cidades que podem, numa análise preliminar, distanciar-las, do ponto de vista da integração, do eixo Goiânia-Brasília, por dois motivos: 1) o vetor de expansão de Brasília é maior no sentido sul/sudoeste, 2) é possível, a partir da leitura regional, identificar o nascimento de um projeto político regional em Formosa, por ocasião da força política em relação ao nordeste goiano, como bem salientou Carvalho (2003).

¹⁰ Quando nos referimos a Brasília estamos tratando do Distrito Federal, e não da Região Administrativa de Brasília. Essa teve, entre 1991-1996, uma taxa média de crescimento geométrica negativa de - 1.4 (IBGE, 1996). Dado os objetivos do artigo, não há espaço para considerações sobre a organização territorial do DF, especialmente no que se refere às discrepâncias entre o Plano Piloto e as demais Regiões Administrativas. Sobre essa temática pode-se encontrar excelentes reflexões em Paviani (1985,1999).

de Goiás (4,33), Cidade Ocidental (5,06), Cristalina (4,78), Luziânia (7,23), Novo Gama (5,32), Padre Bernardo (6,23), Planaltina (5,85), Valparaíso de Goiás (5,91), Vila Boa (4,84), Vila Propício (4,58), nada comparado ao crescimento de Águas Lindas de Goiás com 13.17, atingindo uma população em 2000 de 105.746 habitantes, dos quais apenas 163 no meio rural, processo muito semelhante ao entorno de Goiânia.

Esses dois núcleos, fragmentados e articulados, desempenham funções diferentes e complementares no Estado de Goiás e no Centro-Oeste brasileiro. Ao referir-se às influências dos núcleos urbanos do Centro Goiano, no estudo do IPEA/IBGE/NESUR (1999), consta:

No trabalho do IBGE fica confirmada a análise sobre as diferenciadas áreas de influência de Goiânia e Brasília na espacialidade do Centro-Oeste. Goiânia consolidou-se como principal núcleo do Estado de Goiás, expandindo sua área de influência, principalmente no sentido norte e noroeste, na direção dos estados do Tocantins e do Leste Mato-Grossense. Brasília, ao contrário, não logrou desempenho de maior expressão regional, limitando-se à função de grande absorvedora de população e significativo mercado consumidor, decorrente da concentração das funções de governo e de receptora de repasses fiscais. Seu papel econômico, no Centro-Oeste, fica praticamente limitado ao seu entorno, sendo que as ligações com o Sudoeste da Bahia são mais resultado de fluxos populacionais do que econômicos.

As diferentes áreas de influência de Goiânia, Anápolis e Brasília são resultado de suas colocações na divisão regional do trabalho. É bom destacar que Goiânia e Brasília, além de cidades planejadas, tem presença marcante do setor terciário, sendo a composição da PEA (População Economicamente Ativa) em Goiânia é mais diversificada, em função da grande concentração da Administração Pública Federal em Brasília. Anápolis, no passado considerada a *Manchester Goiana*, vem aumentando seu peso no setor de transformação e atacadista, aproveitando dos fatores locais, como localização privilegiada nos eixos rodoviário, pólo universitário e farmoquímico, Porto Seco, etc.

Além do fato da articulação entre os núcleos, podemos destacar a relação com suas respectivas periferias. Com isso queremos enfatizar o papel de Brasília e Goiânia com os

seus respectivos entornos. A formação urbana de cidades como Luziânia e Aparecida de Goiânia, para ficar em um exemplo, como cidades dormitórios, indicam uma mobilidade crescente entre as cidades e os pólos do ponto de vista da migração pendular, o mesmo ocorrendo em intervalos de tempo maiores (semanalmente) entre Goiânia-Anápolis e Brasília.¹¹ O fluxo aéreo também merece destaque, na medida que tem crescido e articulados os núcleos dessa região a partir, por exemplo, do tráfego aéreo diário.

Se partimos dos tradicionais conceitos de região, a idéia dos dois núcleos (Goiânia-Anápolis e Brasília) sem contigüidade espacial, na proporção que existem dois municípios entre Goiânia e Anápolis (Goianápolis e Terezópolis de Goiás) e outros três entre Anápolis e Brasília (Abadiânia, Alexânia e Santo Antonio do Descoberto) pode parecer contraditória. Ocorre que alguns desses princípios (contigüidade, fronteiras rígidas, homogeneidade, etc.) devem ser repensados à luz do período atual. Impossível pensar regiões isoladas, com fronteiras inflexíveis, imunes aos movimentos da própria sociedade. O próprio desenvolvimento do “meio-técnico-científico informacional”, para lembrar Santos (1997), coloca reticências nessa forma de considerar a região. Há, sim, uma sobreposição de lógicas que não nos permitem mais pensar o funcional, o “fluxo”, o sistema reticular, de um lado, e a homogeneidade, os “fixos”, o sistema zonal, de outro. A sobreposição de lógicas “zonais” e “reticulares”, colocada por alguns autores (Haesbaert, 2000), permite-nos, inclusive, considerar a região em sua “descontinuidades”. A continuidade (contigüidade) não é apenas aquela visível, demarcada pelos limites territoriais administrativos. A contigüidade não mais visível, muito menos regular, uma vez que é determinada por fluxos invariáveis, internos e externos à região.

Não indiferentes a essas transformações no Centro Goiano, acreditamos que à caracterização da rede urbana podemos somar a leitura das “cidades-regiões”, uma vez que essa região guarda características que correspondem à essa leitura. Os próprios desafios de intervenção por parte do poder público municipal, estadual e federal, reconhecidos a partir da criação da RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno de Brasília) e projetos setoriais por parte dos respectivos governos, evidenciam a necessidade de um novo modelo de gestão regional que proponha intervenções em áreas como transporte coletivo, habitação, segurança pública, infra-estrutura, meio ambiente,

¹¹ Analisando os dados da PINAD (IBGE, 2002) podemos observar as ligações, do ponto de vista da migração, entre Goiás e Brasília. Depois de Minas Gerais e Bahia, é Brasília que tem a maior colônia de migrantes em Goiás, 160.962. Em Brasília, Goiás ocupa o segundo lugar, com 158.500 pessoas nascidas em Goiás, perdendo apenas para Minas Gerais.

entre outras. Enfim, esse debate esta diretamente relacionado às mudanças no papel do Estado, bem como de políticas que promovam a descentralização das decisões e das ações. Trata-se mobilização e coalizão dos diversos atores sociais na busca, para utilizar a feliz expressão de Boisier (1996) de um “projeto regional”.

5 - ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

A intenção do trabalho foi discutir a formação de uma região polinucleada no Centro Goiano. É certo que a emergência de novas espacialidades exigem, do ponto de vista interpretativo, a adoção de categorias analíticas capazes de corresponder aos anseios do pesquisador. Não se trata de adotar uma categoria específica em detrimento de outras, a rede urbana em detrimento da “cidade-região”, ou vice-versa. As duas categorias em questão respondem de modo diferente a pergunta: o que há de novo no Centro Goiano? A primeira, a rede urbana, oferece uma base de trabalho empírico bastante sólido a partir da qual podemos pensar tanto as áreas de influência quanto as hierarquias entre os centros urbanos, em escalas diversificadas. A segunda, a “cidade-região”, antecipa a discussão política, relacionada à governabilidade, sem descartar a dimensão econômica, uma vez que tal categoria tem sido pensada na sua relação com padrões de produção e consumo flexíveis e globalizados. As duas categorias são, antes de tudo, complementares. Se a partir delas podemos decifrar as recentes transformações no Centro Goiano, ainda é cedo para dizer, o que não deve nos impedir de continuar investigando.

6 - REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

AGNEW, John. From the political economy of regions to regional political economy. Progress. In.: Human Geography, 24 (1): 101-110, 2000.

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. Região urbana global Rio-São Paulo: condições de viabilidade, razões para a integração. Relatório elaborado pelo IPEA no âmbito do projeto BRA / 92/028. Rio de Janeiro, 1999.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DE GOIÁS. Secretaria de Planejamento. Goiânia:1996.

BENKO, Georges & LIPIETZ, Alain (org.). As regiões ganhadoras, distritos e redes – os novos paradigmas da geografia econômica. Lisboa: Celta / Oeiras, 1994.

BOISIER, Sergio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. n° 13. Planejamento e Políticas Públicas. 1996.

CARVALHO, Gisélia Lima. Região e identidade – a construção de um nordeste em Goiás. Dissertação de Mestrado. UFG – IESA. Goiânia. 2003.

CORREIA, Roberto Lobato. A rede urbana. São Paulo: Princípios, 1994.

FRIEDMANN, John. Futuros de la ciudad global. El rol de las políticas urbanas y regionales en la región Asia-Pacífico. SANTIAGO, EURE, v. 23, n° 70, 1997.

GEDDS, Patrik. Cidades em evolução. São Paulo: Papirus, 1994.

GEIGER, Pedro Pinchas. Novas estruturas urbano regionais: a categoria região cidade global. In.: SPÓSITO, Maria Encarnação. (Org.). Urbanização e cidades: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: Unesp, Gasperr, 2001.

GOIÁS. Fundação Indur. Caracterização das áreas polarizadas do Estado de Goiás. Goiânia:1980.

HAESBAERT, Rogério. Territórios alternativos. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Morte e vida da região: antigos paradigmas e novas perspectivas da geografia regional. XXII Encontro Estadual de Geografia. AGB-Porto Alegre, maio de 2002.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HIRST, Paul & THOMPSON, Grahame. Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade. Petrópolis: Rio de Janeiro, 1998.

IBGE. Regiões d influência das cidades – 1993. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro: 2001.

_____. PINAD. Goiás / Distrito Federal. Rio de Janeiro:2001.

_____. Atlas geográfico escolar. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

_____. Tendências demográficas – uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2000. Volume 27. Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

IPEA/IBGE-DEGC-DEGEO/NESUR – UNICAMP. Projeto: Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil. Relatório Final. Relatório 9. Caracterização da Atual Configuração, Evolução e Tendências da Rede Urbana do Brasil: Determinantes do Processo de Ocupação e Implicações para a Proposição de Políticas Públicas. 1999.

KLINK, Jeroen Johannes. A cidade-região – regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEMOS, Maurício Borges. O problema da regionalização: dificuldades teóricas e uma metodologia alternativa. In.: LEVINAS, Lena, CARLEAL, Liana Maria da Frota e NABUCO, Maria Regina Nabuco. Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil. 4ª ed., São Paulo: HUCITEC, 1993.

LEMOS, Mauro Borges et all. A nova geografia econômica do Brasil: uma proposta de regionalização com base nos pólos econômico e suas áreas de influência. In.: IX Seminário sobre Economia Mineira. Núcleo de Economia Regional do CEDEPLAR – UFGM. Diamantina, MG: 2000.

MELLO, Marcelo de. Luziânia: a fragmentação territorial de um município do Entorno de Brasília. Dissertação de Mestrado. Goiânia. UFG, IESA, 1999.

OHMAE, K. O fim do Estado-nação. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

PAVIANI, Aldo. (Org.). Brasília: ideologia e realidade – espaço urbano em questão. São Paulo: Projeto, 1985.

_____. Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania. Brasília: Editora da UNB, 1999.

ROLIM, Cássio Frederico Camargo. O problema da regionalização: uma réplica. In.: LEVINAS, Lena, CARLEAL, Liana Maria da Frota e NABUCO, Maria Regina Nabuco. Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil. 4^a ed., São Paulo: HUCITEC, 1993.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. São Paulo: Hucitec, 1997.

SASSEN, Saskia. As cidades na economia mundial. São Paulo: Nobel, 1998.

SCOTT, A . ; AGNEW, J.; SOJA, E . e STORPER, M. Cidades-regiões globais. In.: Espaço & Debates. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, Nº 41. 2001.

URANI, André; COCCO, Giuseppe & GALVÃO, Alexander Patez (Org.). Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

VESENTINI, José William. A capital da geopolítica. 2^a. edição. São Paulo: Ática, 1987.